

É preciso um pacote fiscal

MEDIDAS NÃO PODEM SER ISOLADAS

"Para desindexar a economia, o governo terá de tomar medidas em outras áreas, como a de finanças públicas, que apontem para uma redução mais forte da inflação, para a faixa de 1 a 1,5% ao mês", diz o economista Paulo Nogueira Batista Jr. Na sua avaliação, se as medidas de desindexação fizerem parte de um pacote fiscal e monetário "muito bem amarrado", que ataque a questão das finanças públicas, os riscos de desindexar, mesmo com uma inflação de 3% ao mês, serão menores e as chances de sucesso, maiores. Ele observa que esta seria uma linha de ataque frontal e abrangente, que poderia atuar nas expectativas inflacionárias e reduzir as taxas. "É preciso criar um sentimento de que o combate à inflação é duro."

"A tarefa não é fácil", adverte Heron do Carmo. "Isso envolve modificação muito profunda na forma como a economia tem operado nos últimos 20 anos", diz ele. Além disso, há resistências porque o processo pode provocar perdas para alguns segmentos, embora outros devam ganhar. As prestações da casa própria e os aluguéis, por exemplo, tendem a subir acima da inflação; mesmo com a desindexação da economia. Os aluguéis, por causa da recuperação

dos preços relativos; a casa própria, em função dos juros (veja matéria abaixo). "A proporção de salários não deve se alterar, mas pode haver mudanças relativas de renda, com alguns setores e algumas faixas ganhando e outras, perdendo", diz Guedes Filho. Isso vai depender também das negociações que as categorias de trabalhadores conseguirem realizar com as empresas.

Heron do Carmo diz que os contratos das escolas e dos aluguéis teriam que ser repactuados, prevendo reajustes, no primeiro caso, a cada seis meses, e no segundo, a cada um ou dois anos. Se a inflação anual for de 15%, a perda mesmo em dois anos seria pequena, se comparada com a que acontecia quando a inflação era de 30% ao mês. No caso dos salários, a indexação automática poderia ser substituída pelo contrato coletivo de trabalho. Mas, neste caso, também a discussão desse contrato demandaria tempo, lembra o economista José Mauricio Soares, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). "É preciso uma nova estrutura legal trabalhista, e discutir isso não é algo que possa ser feito de uma hora para outra", lembra ele. (G.P.)